

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 021

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE MARÇO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 004ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE MARÇO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Ricardo Maia e Divanir Braz Palma.

Às dezessete horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 481

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido

o Plenário, a preferência para discussão e votação do Projeto de Resolução nº 002/2002, de autoria da Mesa Executiva, que concede gratificação especial aos funcionários do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 482

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência para discussão e votação do Projeto de Proposição nº 010/2002, item 01, da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 483

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, a inversão de pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 484

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votação em bloco dos itens 01 a 06 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 483, de autoria do deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a inversão de pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Requerimento nº 484, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01 a 06 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Requerimento nº 481, de autoria do deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a preferências para discussão e votação do Projeto de Resolução nº 002/2002, de autoria da Comissão Executiva, que con-

cede gratificação especial aos funcionários do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa. **Aprovado.**

Requerimento nº 482, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação da Proposição nº 010/2002, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Procede à verificação de votação.

18 senhores deputados aprovam o requerimento. 10 senhores deputados rejeitam. Empatou. O voto de Minerva é da Presidência, e a Presidência rejeita o projeto. **Rejeitado o requerimento.**

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Só queria lamentar, senhor presidente, porque o projeto do deputado Edson Praczyk é da maior importância no que se refere à questão dos idosos.

Na semana passada, ou 10 dias atrás, o Governo do estado baixou um decreto permitindo aos maiores de 65 anos de idade, os idosos, chamados da melhor idade ou da terceira idade e que eu tenho o prazer de ser um defensor, permitindo a eles - já também estou legislando em causa própria tenho 61 anos e não nego, senhor presidente, queria dizer que lamentavelmente o Governo do Estado baixou um decreto permitindo o meio ingresso para os aposentados. O projeto de lei do deputado Edson Praczyk já vem desde o ano passado, portanto deveria ter sido ele aprovado e não, de repente copiado. Respeito a posição tomada pelo Governo do Estado mas acho um desrespeito à Assembléia Legislativa, porque dá a impressão que chuparam, chuparam no bom sentido, a idéia do deputado Edson Praczyk!

E a justificativa dada pela secretária da Cultura e que cuida do Teatro Guaíra...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Algaci Tulio, V. Exa. pode encaminhar e depois ir para a votação, sem problema nenhum...

O SR. ALGACI TULIO

Daí não adianta mais, senhor presidente. Queria encaminhar antes de V. Exa. ter dado o veredito, porque, lamentavelmente, V. Exa. não analisou, V. Exa. quem sabe mal saiba o que tenha votado, lamentavelmente.

Porque acho até que a Bancada do Governo não precisava ter agido, podia ter permitido a esta casa votar conforme a sua consciência. Não tem nada de mais. O próprio Governo já está possibilitando ao idoso a meia entrada. Por que motivo teríamos nós de manter o veto do Governo? Quer dizer, se a Bancada do Governo manteve o veto, está votando contra o próprio Governo, que acabou instituindo o meio ingresso.

Apenas neste sentido. Não tem nada de Situação, Oposição. Eu acho uma bobagem o que se fez, aqui, e V.Exa. me perdoe, lamentavelmente votou por uma questão de interesse de votar, por ser da Bancada, mas poderia ter analisado melhor e dar oportunidade para que a Assembléia pudesse analisar melhor esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. pode ter o direito de fazer este julgamento. Mas, nós presidimos a Sessão e votamos de acordo com aquilo que nós imaginamos.

Conforme o requerimento aprovado, vamos votar em primeiro lugar o tem nº 07 da presente Ordem do Dia. E depois, vamos votar os vetos.

Gostaria de pedir ao pastor Edson Praczyk que se for em relação ao seu projeto que encaminhasse, depois, quando chegarmos à votação, porque o deputado Algaci Tulio, na verdade, fez um encaminhamento da votação.

O SR. EDSON PRACZYK

Serei rápido, presidente, apenas para agradecer a manifestação do deputado Algaci Tulio e dizer que me sinto profundamente feliz, porque eu sei que a pessoa do Governador que aí está, no seu íntimo sabe que no fundo, o projeto é de minha autoria. Embora ele disfarce, ele sabe que quem pensou na idéia fui eu.

Muito obrigado.

O SR. ELI GHELLERE (**Pela Ordem**)

Só quero fazer uma consulta à Mesa: o veto não tem preferência para votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O deputado Edson havia pedido e o Plenário rejeitou. E o Plenário aprovou um requerimento pedindo a votação em bloco do item nº 01 até o item nº 06, inclusive. E o Plenário também aprovou um requerimento pedindo a inversão da Ordem do Dia.

Nós vamos votar, agora, o item nº 07, constante da presente Ordem do Dia:

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/2002, de autoria da Comissão Executiva, que concede gratificação especial de assiduidade ao servidor público efetivo integrante do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Ao servidor público efetivo, integrante do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, poderá ser concedida,

por ato da Comissão Executiva, uma gratificação especial por assiduidade, no valor mensal de R\$100,00 (cem reais).

Parágrafo Único - A responsabilidade administrativa pela comprovação mensal da assiduidade do servidor será da chefia imediata, observado o disposto no artigo 164, da lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2º - A gratificação especial prevista no artigo anterior quando da passagem do funcionário para a inatividade, além de não integrar a base de cálculo para a concessão de qualquer benefício.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.03.2002.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Em discussão. Em votação.

Para encaminhar, com a palavra o deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, tenho o maior respeito pelos funcionários da Casa e lógico que o meu interesse não é o de atrapalhar. Muito pelo contrário. Eu só fiz uma questão de ordem na Sessão anterior e solicitei à presidência aonde estava o projeto de resolução que foi encabeçado pela minha pessoa, que concedia o vale-refeição aos funcionários da Casa. Um projeto que foi dada a entrada há seis ou sete meses atrás. E que, infelizmente, não estava vindo à Ordem do Dia. Eu solicitei, na ocasião, pela ordem a V. Exa. para saber onde estava o projeto e que de preferência também fosse incluído na Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Cezar Silvestri, convindo a V. Exa, para logo após o término da Sessão, possamos ver na Presidência da Casa onde é que está o projeto e da possibilidade de inclusão do mesmo, uma vez que é uma faculdade do próprio presidente a inclusão ou não de qualquer matéria na Ordem do Dia.

O SR. CEZAR SILVESTRI

V. Exa. me acompanharia?

(**Assentimento**)

Há quem diga que está numa gaveta. E parece que tem um funcionário que está com esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Se não está numa gaveta, ele está sobre a mesa.

Em votação o projeto. **Aprovado.**

Agora é votação em bloco dos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 010/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 343/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que institui meia entrada para idosos em locais que menciona e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 460/2001

Curitiba, 26.12.2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar recebimento do Ofício nº 318/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 343/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que "aos idosos o pagamento de meia-entrada referente ao valor efetivamente cobrado para ingresso em casa de diversão, de espetáculos teatrais, musicais circenses, em caso de exibição cinematográfica, parques estádios, praças esportivas e similares das áreas de esporte, cultura e lazer no Estado do Paraná".

A negativa de sanção ao projeto de lei, em referência decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Cultura, considerando a medida, assim como está posta, contrária aos superiores interesses públicos, cujo interior teor, adiante transcrito, expressa as razões fundamentais do veto ora apostado:

"O Teatro Guaíra, visando oportunizar o acesso de um maior número de pessoas aos bens culturais, vem mantendo o preço único de R\$5,00 (cinco reais) nas produções que realiza com o Balé Teatro Guaíra e a Orquestra Sinfônica do Paraná. Este preço permite que todos, de qualquer faixa etária, possam assistir aos espetáculos dos Corpos Estáveis do Teatro.

As diversas outras produções que se apresentam no Teatro Guaíra e no Teatro José Maria Santos são realizadas por produtores culturais independentes que locam os auditórios do Guaíra e arcam com os custos dessas programações. Como não se tem em mãos dados referentes ao número de idosos que freqüentam teatros no Paraná, não é possível dimensionar o impacto que os produtores culturais teriam com a adoção da meia entrada para maiores de 60 anos".

Inobstantemente o veto ora apostado é sensível à intenção de beneficiar pessoas idosas, esclareço que estou encaminhando a esse egrégio Poder Legislativo mensagem dimencionando a medida a níveis de possibilidade de atendimento, ou seja, aplicar ingresso de meia-entrada em espetáculos promovidos diretamente pela administração estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 343/2000 foi publicado no DA nº 171/2000, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 10/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veto o Projeto de Lei nº 343/2000 de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk que institui meia entrada para idosos em locais que menciona e dá outras providências.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 017/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 596/99, de autoria do deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no Município de Colombo. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 029/2002

Curitiba, 11.01.2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar recebimento do Ofício nº 342/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 596/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 596/99 foi publicado no DA nº 175/99, em 23.11.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 017/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veto o Projeto de Lei nº 596/99 de autoria do deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher, no município de Colombo.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMIR BIER - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 018/2002, Veto Apostado ao Projeto de Lei nº 046/2001, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar a Delegacia da Mulher no município de Dois Vizinhos. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 030/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra e acusar o recebimento do Ofício nº 378/2001, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 046/2001, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 046/2001, encontra-se publicado no DA nº 013/2001, de 12/03/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 018/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 046/2001, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar a Delegacia da Mulher no município de Dois Vizinhos.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 021/2002, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 331/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a criar o programa Mutirão Universitário no Estado. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 033/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra e acusar o recebimento do Ofício nº 357/2001, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 331/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelo simples fato de que a pretendida providência, assim como está, independe de lei específica, porque insere-se no âmbito da autonomia universitária.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 331/2001, encontra-se publicado no DA nº 104/2001, de 08/08/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 021/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 331/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a criar e o programa Mutirão Universitário no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 023/2002, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 044/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga o município de São Miguel do Iguaçu ao distrito de Aurora do Iguaçu. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 035/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra e acusar o recebimento do Ofício nº 375/2001, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 044/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e, a medida, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar nº 101/2000. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 044/2001, encontra-se publicado no DA nº 013/2001, de 12/03/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 023/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 044/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga o município de São Miguel do Iguaçu ao distrito de Aurora do Iguaçu.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 031/2002, Veto Aposto ao projeto de Lei nº 028/2001, de autoria dos deputados Pastor Edson Praczyk e Serafina Carrilho, que dispõe sobre a manutenção de desfibriladores em shop-

ping-centers, estádios de futebol, ginásios de esportes e supermercados e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 043/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra e acusar o recebimento do Ofício nº 463/2001, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 028/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque tal medida iria onerar o empresariado não só com a aquisição do aparelhamento, mas também com pessoal especializado para utilizá-lo e, ainda, levando-se em conta a eficiência da atual estrutura pública para atendimento de casos urgentes de problemas cardiovasculares.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 028/2001, encontra-se publicado no DA nº 008/2001, de 06/03/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 031/2002

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 028/2001, de autoria dos deputados Pastor Edson Praczyk e Serafina Carrilho, que dispõe sobre a manutenção de desfibriladores em shopping centers, estádios de futebol, ginásio de esportes e supermercados e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido aposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. EDSON STRAPASSON (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados: o item 02 da pauta refere-se ao veto do governador a um projeto de minha autoria que autoriza o Governo do Estado a criar na Secretaria da Segurança do Estado do Paraná, uma Delegacia da Mulher, no município de Colombo.

Evidentemente, não podemos discutir a competência do Governo do Estado de vetar qualquer projeto que

pretende reestruturar ao fazer qualquer criação de estrutura no órgão do Governo, mas esse projeto é um projeto meramente autorizatório, como centenas de outros projetos que tramitam nesta Casa e, que nós temos em muitos casos questionado, debatido, tem ocupado o tempo dos senhores parlamentares. Muitos deles com mérito louvável e que são aprovados nesta Casa, até muito mais com objetivo de sinalizar ao Poder Executivo as reivindicações e solicitações por parte da comunidade.

No entanto, apesar de ser autorizatório, o Governo do Estado o veta, um projeto de extrema importância que sinaliza para o Governo a necessidade de criação de uma Delegacia da Mulher, em um governo que tem 200 mil habitantes e não tem nenhuma delegacia especializada onde as mulheres, quase 100 mil, quando requerem o atendimento especializado, no atendimento à mulher sofre o constrangimento de, perante ao oficial, escrivão ou ao delegado citar casos, ocorrências que, realmente, constroem profundamente e impedem que aquela que busca na Delegacia o seu direito acabam tendo acesso à Justiça, criando constrangimento e muitas vezes sendo induzidas até a retirar a questão, em muitos casos se negando por entender que não caberia e a mulher volta para o seu local muitas vezes sendo agredida, repetindo as ocorrências e nada faz a Delegacia para poder atuar nesta questão.

O projeto nesse sentido evidentemente deveria ser, por parte do Governo, implantado porque é uma necessidade absoluta, que atualmente a nossa região carece e que o Governo do Estado, mais uma vez insensível ao que clama a população da região metropolitana, insensível à questão do aumento da criminalidade que cresce diariamente de forma assustadora, o Governo do Estado insensível às questões da mulher, mais uma vez sumariamente veta um projeto dessa envergadura, remetendo a esta Casa, para que a Casa analise o veto.

Peço aos senhores deputados que derrubemos o veto do governador, demonstrando até que as discussões de caráter autorizatório, que são feitas nesta Casa, não é brincadeira, não é palhaçada e não é teatro.

O Governo do Estado tem que passar a respeitar esta Casa, ou nós, senhor presidente, senhores deputados, devemos não votar, não perder tempo, não encaminhar nenhum projeto de caráter autorizatório, porque nós estamos fazendo o papel de palhaço, literalmente, pela condição de analisar, de sugerir e o governo vetar sumariamente e nós aqui aplaudirmos o veto. Dizer: estamos aqui para trabalhar em vão, e o trabalho que é feito neste plenário, nas Comissões, no trâmite desta Casa, dos funcionários, dos deputados é um trabalho perdido inútil e que eu creio, que o dinheiro público em que paga o salário de todos nós não seja justo estar neste momento pagando.

Nós passamos a entender que os projetos autorizatórios são inconstitucionais nesta Casa, ou nós com certeza estamos aqui mais uma vez para servirmos de marionetes de um governo insensível ao grande drama da

população da Região Metropolitana, especialmente na questão da segurança.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Somente para comunicar a todos os senhores deputados e a todos os funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná que recebi um comunicado do presidente Hermas Brandão sobre aquela Questão de Ordem que eu havia feito a V. Exa. onde ele dizia que assumia um compromisso comigo que dentro de trinta dias o projeto de resolução que trata do vale-refeição dos funcionários da Assembleia estará na Ordem do Dia.

Dentro de trinta dias foi o prazo que ele me pediu, as razões eu não sei por que, mas ele pediu um prazo de trinta dias e eu estou aqui comunicando aos senhores deputados e aos funcionários.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido o 1º Secretário, senhor Ricardo Maia para fazer a chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ricardo Maia**)
(**Procede à chamada dos senhores deputados**).

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mas é o que nós estamos fazendo, deputado Cezar Silvestri, se tiver 28 deputados vai dar quórum.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Mas os deputados estão votando.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Exatamente deputado, a votação só terá validade, se tiver 28 deputados.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Os votos serão nulos se não tiver 28 deputados?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Se não tiver 28 deputados automaticamente cancela e nem se abrem os votos.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, é visível que não há quórum, não há ninguém no plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mas nós temos que continuar a chamada.

O SR. WALDYR PUGLIESI

É possível que se nós todos sairmos daqui vai aparecer quórum.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. não pode afirmar isso da Presidência, deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. não tem o direito de fazer isso com a Presidência da Casa.

O SR. WALDYR PUGLIESI

A prática muitas vezes leva... então eu quero registrar aqui, não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. está colocando em dúvida o trabalho da Presidência, não admito isso.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Não, ao longo de todos esses anos eu tenho visto, tenho feito constatações, inclusive a gente fica constrangido em determinadas votações, porque os números não batem. A partir de hoje, é preciso que nós em todas as votações tenhamos alguém na Mesa para ficar fazendo ao lado daqueles que estão contando, a contagem também.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Waldyr Pugliesi, enquanto eu, como presidente, e o deputado Hermas Brandão na hora de fazer a apuração dos votos, sempre foram contempladas as duas bancadas na hora de fazer o escrutínio.

Continua o Sr. 1º secretário fazendo a chamada.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Acredito que o que está trazendo dificuldades para todos nós é a forma como está ocorrendo porque normalmente antes dos deputados iniciarem a votação o presidente solicita ao 1º ou ao 2º secretário que faça a verificação de quórum. Não lembro dos deputados votarem e a votação estar cancelada depois dos votos dentro da urna. Eu não lembro.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Cezar Silvestri, procede-se à verificação de votação quando se faz uma votação nominal e daí cabe a qualquer deputado fazer a chamada nominal para verificação.

E nós estamos fazendo a chamada nominal e já depositando o voto. Se não tiver 28 deputados que vão depositar voto, não terá quórum.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Mas, o senhor concorda que não é uma prática da Casa?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

É prática da Casa, sim. Nas votações secretas sempre foi assim.

Continua o 1º secretário, Ricardo Maia, fazendo a chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ricardo Maia**)
(**Termina a chamada nominal dos senhores deputados**)

21 senhores deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há quórum para deliberação, uma vez que o veto exige maioria absoluta dos deputados presentes.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 19, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 010, 017, 018, 021, 023 e 031/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 031 e 068/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 090 e 110/2002.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e dois, reuniu-se na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do senhor deputado Nereu Moura, mais a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 435/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni. Relator: deputado Luiz Accorsi - Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 554/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Relatora: deputada Luciana Rafagnin - Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Rosângela Alves Cardoso, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

Rosângela Alves Cardoso - Secretária